

RECURSO ESPECIAL Nº 1.849.528 - DF (2019/0345978-0)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
RECORRENTE : GISELLE DA SILVA SILVEIRA OLIVEIRA
OUTRO NOME : GISELLE DA SILVA SILVEIRA
ADVOGADO : MARCOS ANTONIO ANDRADE - GO030726
RECORRIDO : BV FINANCEIRA SA CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
AGRAVANTE : BV FINANCEIRA SA CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADOS : HUDSON JOSE RIBEIRO - SP150060
PASQUALI PARISE E GASPARINI JUNIOR - SP004752
AGRAVADO : GISELLE DA SILVA SILVEIRA OLIVEIRA
ADVOGADO : MARCOS ANTONIO ANDRADE - GO030726

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo GESELLE DA SILVA SILVEIRA OLIVEIRA, com amparo na alínea "c" do permissivo constitucional, no intuito de reformar o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, assim ementado (fls. 293/294, e-STJ):

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. CONHECIMENTO PARCIAL. GRATUIDADE DE JUSTIÇA CONCEDIDA. PRELIMINAR. CERCEAMENTO DE DEFESA. REJEITADA. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. AÇÃO DE REVISÃO CONTRATUAL. CONEXÃO. NÃO OCORRÊNCIA. TARIFA DE AVALIAÇÃO DO BEM E TARIFA DE REGISTRO DO CONTRATO. PROVA DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. AUSENTE. SEGURO PRESTAMISTA. COBRANÇA GENÉRICA. AUSÊNCIA DE APÓLICE. ABUSIVIDADE. PARCELA PREMIÁVEL. TÍTULO DE CAPITALIZAÇÃO. VENDA CASADA RECONHECIDA. JUROS CAPITALIZADOS. PREVISÃO CLARA E EXPRESSA. NECESSIDADE. TAXA ANUAL SUPERIOR AO DUODÉCUPLO DA MENSAL. SUFICIENTE. DESCARACTERIZAÇÃO DA MORA. NÃO CABIMENTO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA.

1. Trata-se de apelação interposta em face de sentença que, em ação de conhecimento (busca e apreensão), julgou procedente o pedido para consolidar a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem objeto do contrato à parte autora, confirmando, consequentemente, a decisão que deferiu o pedido liminar de busca e apreensão.

2. Tendo a sentença reconhecido a ausência de previsão contratual da comissão de permanência, além da impossibilidade de sua cumulação com os encargos da normalidade ou com os da mora, não há interesse recursal quanto a esse ponto, devendo o apelo ser parcialmente conhecido.

3. É relativa a presunção de hipossuficiência econômica da parte que pleiteia o deferimento da gratuidade de justiça. Assim, o juízo competente, quando

verificar manifesta incongruência entre a alegada pobreza e a real situação demonstrada pelos documentos que instruem o processo, pode determinar que o pretendente comprove a alegação e, não satisfeito, indeferir o beneplácito. Na hipótese, não há nos autos qualquer elemento capaz de infirmar a presunção de hipossuficiência da apelante. Assim, privilegiando o postulado de acesso à justiça, é razoável que se conceda a gratuidade judiciária.

4. O julgamento antecipado da lide não importa em cerceamento de defesa se as provas requeridas forem desnecessárias à resolução do mérito. Preliminar de cerceamento de defesa rejeitada.

5. Não há se falar em conexão entre a ação de busca e apreensão e a ação de revisão de cláusulas contratuais, pois ausente a similaridade entre as causas de pedir ou entre os pedidos.

6. Segundo a tese firmada no Tema n.º 958/STJ, em sede de recurso repetitivo, a validade da tarifa de avaliação do bem dado em garantia, bem como da cláusula que prevê o ressarcimento de despesa com o registro do contrato, estão condicionadas à verificação da efetiva prestação do serviço e à análise acerca , não há prova da efetiva prestação dos da existência de iniquidade (onerosidade excessiva). In casu serviços.

7. Inexistem nos autos elementos acerca da cobertura do seguro prestamista, do período de vigência, tampouco foi juntada a apólice, não sendo possível concluir a efetiva ciência do serviço contratado pelo consumidor, revelando-se, portanto, indevida a cobrança.

8. Não tendo sido demonstrada a liberalidade do consumidor ao adquirir o título de capitalização denominado “Cap. Parc. Premiável”, resta caracterizada a venda casada, impondo-se a devolução do valor correspondente.

9. É admissível a capitalização mensal de juros nos contratos firmados após o advento da Medida Provisória n.º 1.963-17/00, ratificada pela Medida Provisória n.º 170-36/01 (31.03.2000), desde que haja previsão contratual.

10. Nos termos do Recurso Especial Repetitivo n.º 973.827/RS, a divergência existente entre as taxas de juros mensal e anual pactuadas, de forma que esta não corresponda ao produto da multiplicação do duodécuplo da taxa mensal, mostra-se suficiente para compreensão quanto à cobrança de juros capitalizados.

11. O reconhecimento da abusividade da tarifa de avaliação e da tarifa de registro, bem como do seguro prestamista, não tem o condão de ilidir a mora da apelante, pois a repercussão econômica dessas taxas é inexpressiva em relação ao montante integral do contrato.

12. Recurso parcialmente conhecido e parcialmente provido.

Nas razões do recurso especial (fls. 311/320, e-STJ), a insurgente apontou violação ao artigo 396 do Código Civil. Sustentou, em síntese, a descaracterização da mora em razão do reconhecimento da cobrança de encargos abusivos (seguro, tarifa de avaliação do bem e parcela premiável) no período de normalidade.

Contrarrazões (fls. 330/336, e-STJ), e após decisão de admissão do recurso especial (fls. 362/363, e-STJ), os autos ascenderam a esta egrégia Corte de Justiça.

É o relatório.

Decido.

A irresignação não merece prosperar.

1. A Segunda Seção, quando o julgamento do Recurso Especial n. 1.639.320/SP e n. REsp 1.639.259/SP (Tema 972), fixou a tese acerca da: 1 - Abusividade da cláusula que prevê o ressarcimento pelo consumidor da despesa com o registro do pré-gravame, **em contratos celebrados a partir de 25/02/2011**, data de entrada em vigor da Res.-CMN 3.954/2011, sendo válida a cláusula pactuada no período anterior a essa resolução, ressalvado o controle da onerosidade excessiva. 2 - Nos contratos bancários em geral, **o consumidor não pode ser compelido a contratar seguro com a instituição financeira ou com seguradora por ela indicada**. 3 - A abusividade de encargos acessórios do contrato não descaracteriza a mora. [grifou-se].

Nesse sentido:

RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. TEMA 972/STJ. DIREITO BANCÁRIO. DESPESA DE PRÉ-GRAVAME. VALIDADE NOS CONTRATOS CELEBRADOS ATÉ 25/02/2011. SEGURO DE PROTEÇÃO FINANCEIRA. VENDA CASADA. RESTRIÇÃO À ESCOLHA DA SEGURADORA. ANALOGIA COM O ENTENDIMENTO DA SÚMULA 473/STJ. DESCARACTERIZAÇÃO DA MORA. NÃO OCORRÊNCIA. ENCARGOS ACESSÓRIOS.

1. DELIMITAÇÃO DA CONTROVÉRSIA: Contratos bancários celebrados a partir de 30/04/2008, com instituições financeiras ou equiparadas, seja diretamente, seja por intermédio de correspondente bancário, no âmbito das relações de consumo.

2. TESES FIXADAS PARA OS FINS DO ART. 1.040 DO CPC/2015: 2.1 - Abusividade da cláusula que prevê o ressarcimento pelo consumidor da despesa com o registro do pré-gravame, em contratos celebrados a partir de 25/02/2011, data de entrada em vigor da Res.-CMN 3.954/2011, sendo válida a cláusula pactuada no período anterior a essa resolução, ressalvado o controle da onerosidade excessiva.

2.2 - Nos contratos bancários em geral, o consumidor não pode ser compelido a contratar seguro com a instituição financeira ou com seguradora por ela indicada.

2.3 - A abusividade de encargos acessórios do contrato não descaracteriza a mora.

3. CASO CONCRETO.

3.1. Aplicação da tese 2.3 ao caso concreto, mantendo-se a procedência da ação de reintegração de posse do bem arrendado.

4. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

(REsp 1639320/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 12/12/2018, DJe 17/12/2018)

No caso dos autos, o Tribunal de origem concluiu que (fls. 305/306, e-STJ):

A apelante alega que o reconhecimento de abusividade nos encargos exigidos no período da normalidade contratual descaracteriza a mora.

De fato, o Superior Tribunal de Justiça, em demanda submetida ao procedimento dos recursos repetitivos (Resp n.º 1.061.530/RS), assentou que o reconhecimento da abusividade de cláusula contratual que abranja valores a serem pagos no período da normalidade contratual descaracteriza a mora.

Superior Tribunal de Justiça

Confira-se:

(...)

No entanto, o reconhecimento da abusividade da tarifa de avaliação e da tarifa de registro, bem como do seguro prestamista e da parcela premiável, não tem o condão de ilidir a mora da apelante, pois a repercussão econômica dessas taxas é inexpressiva em relação ao montante integral do contrato. Verifica-se que a soma dessas taxas representa apenas cerca de apenas três por cento do valor total do empréstimo, não sendo impedimento, assim, ao adimplemento das parcelas.

(...)

Não é demais lembrar que não foi reconhecida a abusividade das taxas de juros cobradas, nem da capitalização, assim como foi efetuado o pagamento de apenas cinco das trinta e seis prestações acordadas, não havendo se falar, portanto, em afastamento da mora da devedora.

Tendo o acórdão recorrido decidido em consonância com a jurisprudência desta Casa, incide, na hipótese, o enunciado n. 83 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, que abrange os recursos especiais interpostos com amparo nas alíneas a e/ou c do permissivo

2. Do exposto, com amparo no art. 932 do NCPC c/c Súmula 568 do STJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator